

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MULHER IDEAL E O RÓTULO DE “PUTA COMUNISTA” NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Filomena Luciene Cordeiro Reis¹

Stephanie Oliveira Afonso²

Resumo: Um dos momentos mais sombrios da história nacional é o período da ditadura militar no Brasil. Além de ser uma fase caracterizada por torturas, prisões, mortes e desaparecimentos criminosos, a atuação de militâncias de esquerdas e simpatizantes que se uniram na luta em prol da democracia marcou este período. Essa pesquisa analisou como se deu a construção da imagem das mulheres, considerando a influência do patriarcado nas violências a que as militantes foram submetidas. Para tanto, utilizou-se de revisão bibliográfica, evidenciando como o anticomunismo e o patriarcado se articularam na repressão.

Palavras-chave: Ditadura militar; Mulheres; Patriarcado.

THE CONSTRUCTION OF THE IDEAL WOMAN'S IMAGE AND THE LABEL OF “COMMUNIST WHORE” IN THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP

Abstract: One of the darkest moments in Brazilian history is the period of the military dictatorship. In addition to being marked by torture, imprisonment, deaths, and forced disappearances, this era was also defined by the actions of leftist militants and sympathizers who joined in the struggle for democracy. This research analyzes how the image of women was constructed during this period, considering the influence of patriarchy in the forms of violence to which female militants were subjected. To this end, a bibliographical review was carried out, highlighting how anti-communism and patriarchy were intertwined in the mechanisms of repression.

Keywords: Military dictatorship; Women; Patriarchy.

¹ Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Unimontes. Atua na área de História Social, com pesquisas sobre cidade, patrimônio cultural, memória, gênero e relações étnico-raciais. Possui ampla experiência em gestão documental, patrimônio histórico e estudos interdisciplinares sobre identidade e violência de gênero. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6184071456334110>. Email: filomena.joao.reis1996@gmail.com.

² Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes (2019). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito das Mulheres e das Famílias. Mestranda em História Social pela Unimontes, pesquisando principalmente os seguintes temas: gênero, memória e ditadura. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0488280895316316>. Email: stephanieoliveira027@gmail.com.

Introdução

Entre 1964 e 1985, o Brasil esteve submetido ao regime da ditadura militar³, havendo intensa repressão política, censura, perseguição ideológica e completo desrespeito aos direitos humanos. Diversos grupos sociais foram diretamente impactados pelo governo que tomou o poder, somando a repressão política à repressão social existente na sociedade da época. Ser mulher e militante as colocava em uma posição de vulnerabilidade redobrada, pois, além de enfrentarem a violência do Estado autoritário, eram alvo de um sistema patriarcal que as desqualificava e estigmatizava.

Joffily (2005) ensina que, embora a tradição patriarcal e machista da sociedade brasileira tenha sido questionada durante este período, levando à discussão temas como o direito feminino ao estudo, ao trabalho, à participação política e ao uso de contraceptivos, por exemplo, os mais conservadores defendiam que as mulheres deveriam cuidar da casa, dos filhos, do marido, vestindo-se adequadamente, atentando para sua aparência e levando sempre em consideração o respeito ao recato, além de ser bastante desaconselhado que as mulheres se preocupassem com organização política e social.

Segundo Colling (1997), as mulheres militantes transgrediram duplamente, já que, “desobedeciam” enquanto cidadãs, tomando decisões políticas consideradas erradas pelos defensores da ditadura militar e, também, ao não cumprir os padrões tradicionais de gênero, sendo acusadas de viver na promiscuidade. As mulheres militantes não eram acusadas apenas de terrorismo, mas também por sua condição de serem mulheres politicamente ativas, pois estariam lutando contra a ditadura militar e a própria natureza.

³ Neste artigo, adotamos o termo “ditadura militar”, tendo em vista que, ainda que setores civis tenham colaborado, a repressão foi dirigida fundamentalmente por militares, mas o debate historiográfico também reconhece expressões como “ditadura civil-militar” ou “ditadura empresarial-militar”.

Nesse contexto, a associação das opositoras ao rótulo de “puta comunista” é exemplar para entender esse processo. Mais do que criminalizar a militância, buscava-se desmoralizar as mulheres, reduzindo-as a imagens de promiscuidade e desvio moral. A utilização dessa expressão revela como o discurso anticomunista se articulava ao patriarcado, construindo narrativas que visavam atingir a subjetividade e a reputação das militantes.

Diante disso, o presente artigo pretende analisar como se deu a construção da imagem da mulher militante nesse período, destacando a maneira pela qual os discursos de gênero e o anticomunismo se entrelaçaram na perseguição às opositoras políticas.

Patriarcado e sociedade brasileira: breve análise

Para compreender as violências sofridas por mulheres durante a ditadura militar é necessário ressaltar que o patriarcado atua como sistema estruturante das relações sociais.

Saffioti (2004) define o patriarcado como uma forma de poder masculino que organiza hierarquias sociais e legitima a dominação sobre as mulheres. Lerner (2019), por sua vez, argumenta que o patriarcado é uma construção histórica, não natural, que atribui papéis fixos e subordinados às mulheres. Em sociedades autoritárias, essa lógica se intensifica e se alia à repressão política.

Além disso, conforme ensina Silva:

O patriarcalismo centralizado na formação e reprodução do poder político compõe a dinâmica social como um todo, estando, inclusive, enraizado na cultura e cotidiano de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais. Quando o sistema patriarcal, ainda enraizado em nossa cultura, constrói barreiras entre as esferas pública e privada, fica reduzida a possibilidade de participação política das mulheres com a mesma visibilidade e direito à voz que existe para os homens (Silva, 2019, p.11).

O patriarcado é uma forma de poder estruturada em nossa sociedade, cuja estrutura compõe-se de homens que tomam posse dos corpos femininos, restringindo a liberdade e direitos das mulheres. A teórica feminista Saffioti (2014) esclarece que o patriarcado pode ser associado aos modos de legitimação e reprodução do poder, configurando-se em um tipo hierárquico de relação em todos os espaços da sociedade baseada na ideologia da violência. Ela afirma que a manutenção e preservação do patriarcado gera a banalização da violência contra a mulher, já que se infiltra no pensamento de cada indivíduo como, por exemplo, mulheres associadas à delicadeza e homens, a firmeza e seriedade.

A violência contra as mulheres é uma das muitas consequências do machismo e esse fato acontece porque os homens que recebem educação machista pensam as mulheres como aquelas que devem aderir e se submeter às suas crenças.

Segundo Pateman, “toda a sociedade civil é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública” (Pateman, 1993, p.167).

Tendo em vista que, o núcleo da diferenciação entre homens e mulheres refere-se às relações sociais e de poder, para Saffioti:

A desigualdade, longe de ser natural, éposta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência (Saffioti, 2004. p. 71).

Em busca de acabar com a desigualdade infligida pelas estruturas de poder, o desenvolvimento dos movimentos feminista no Brasil, entre 1960 e 1970, cooperou para que as mulheres passassem a ser inseridas de uma forma mais ativa na sociedade. Para Silva (2016), a entrada das mulheres no meio universitário foi fundamental para questionar a produção científica

predominantemente masculina, tornando-as detentoras do conhecimento. Nesse contexto, Teles ensina que,

O feminismo que emergiu nos anos de 1970 marcou um compromisso com os ideais de transformação que, de certa forma, direcionam até os dias atuais as lutas das mulheres. Praticamente em todas as manifestações escritas ou faladas, as feministas expressam suas bandeiras contra o sexismo, o racismo, o capitalismo e em busca de uma sociedade de equidade de gênero. Ainda que as transformações não dependam apenas de intenções, as feministas estão articuladas com outros movimentos libertários, democráticos e que denunciam incansavelmente as graves violações de direitos humanos (Teles, 2014, p. 10).

Essa camada intelectualizada de mulheres contribuiu para o movimento anti-ditatorial, integrando em organizações e, por essa razão, perseguidas pela ditadura. Segundo os dados apresentados por Ridenti:

Apenas 10 das mulheres processadas judicialmente por vinculação com as organizações clandestinas eram trabalhadoras manuais, rurais e urbanas (1,7% do total de 578 denunciadas, com ocupação conhecida, por ligação com as esquerdas em geral) (...) Entretanto, mulheres processadas por ligação com grupos em armas eram donas de casa. A esmagadora maioria das denunciadas das esquerdas compunha-se de estudantes (186; 32,2%), de professoras (133, 23,0%) ou de outras profissionais com formação superior (103; 17, 8%), perfazendo um total de 422 mulheres (73%), que poderiam ser classificadas como de camadas médias intelectualizadas; ao passo que 51,6% dos processados de ambos os性os poderiam ser considerados integrantes dessas camadas sociais (Ridenti, 1990, p. 196).

As mulheres processadas pela ditadura eram, em sua maioria, intelectualizadas, fator inovador para a população da época. Ao longo da ditadura militar no Brasil, as militantes eram postas duplamente na ilegalidade, como subversivas aos modelos tradicionais de gênero e desviante do sistema de poder, conforme ensina Cavalcanti Junior (2018).

Colling afirma que a repressão instaurada com a ditadura foi marcada pela explícita insatisfação acerca da participação das mulheres na luta anti-ditatorial. Adjetivos como “puta comunista”, “mulher macho” e “subversiva” foram usados para se referir às militantes. Conforme a autora:

A humilhação, constante na relação da repressão com a mulher presa, é para tentar enquadrá-la em dois conceitos que socialmente diminuem a mulher: puta e comunista. Ser comunista é um desvio para homens e mulheres, mais ainda para as mulheres que estão fora de seu lugar, atuando na vida política; e prostituta, que sempre foi considerada uma mulher degenerada e corrompedora. Não bastando isso, outro conceito também desviante de mulher é aplicado, a de mulher-macho (Colling, 1997, p. 91).

No Brasil, as militantes foram sistematicamente vistas como mulheres que romperam com os papéis tradicionais de gênero, tendo em vista que não se restringiam ao papel de mães e esposas, por exemplo. Ao aderirem à militância, questionavam simbolicamente a ordem patriarcal, tornando-se duplamente perigosas: para o regime político e para a moral vigente. A repressão não apenas buscava neutralizá-las politicamente, mas também castigá-las por desafiar a ordem de gênero.

A lógica patriarcal é de dominação, física e simbólica, tendo influenciado nas torturas submetidas as mulheres durante a ditadura militar, consistindo em violências de gênero, fortemente marcadas pelo afastamento da imagem de “mulher ideal”, enquanto os torturadores se viam livres para lidar com “putas comunistas”. Percebe-se que a construção idealizada e esperada das mulheres impactou diretamente na forma como as militantes eram representadas e tratadas pelos agentes da repressão.

A militante e suas transgressões ao patriarcado: expectativas e controvérsias

O anticomunismo no Brasil é uma política de Estado, além de representar um discurso moral, político e religioso. Motta (2012) ensina que o comunista era visto como inimigo da pátria, da família e da moral cristã. Durante a ditadura militar, os opositores foram sistematicamente perseguidos e acusados de atentar contra os valores da sociedade brasileira. No caso das mulheres, o anticomunismo ganhava contornos específicos. A militante

comunista não era apenas inimiga do regime, mas uma ameaça à moralidade familiar e sexual.

Dessa forma, a vulnerabilidade das mulheres militantes chama atenção, porque, além da repressão estatal, estavam sujeitas ao sistema patriarcal enraizado na sociedade. Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade:

As mulheres presas por motivos políticos durante a ditadura militar sofreram não apenas as formas usuais de violência aplicadas a presos políticos, mas também agressões específicas de gênero, como violência sexual, humilhação moral e ameaças contra filhos e familiares (Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 255).

A partir de tais diferenças, a ideia da dominação masculina desenvolvida por Bourdieu (2002) explica que, nas relações familiares, de trabalho e na cultura há complexos mecanismos de controle social opressores e marginalizadores das mulheres. A imposição do poder masculino costuma ser determinada pela força, física, psíquica ou controle financeiro, colocando a mulher em um lugar de subordinação e dominação, influenciando as relações objetivas no mundo e, ao mesmo tempo, as relações subjetivas. É possível inferir que a representação das mulheres perante a sociedade leva em consideração, exclusivamente, o gênero.

Para Chartier (1990), considerando as determinações de classe e posição social, o poder e a dominação, são representação do modo como os homens constroem intelectualmente seus mundos e realidade. Sendo assim, o machismo é um opositor da igualdade entre os sexos, cuja condição estrutural, conforme ensinam Arruzza, Bhattacharya e Fraser compõe-se do seguinte modo:

(...) o machismo estrutural não se limita a atitudes discriminatórias e sexistas individuais; em vez disso, ele se refere a todas as concepções que influenciam e condicionam as estruturas sociais. Isso significa que as desigualdades entre homens e mulheres são a base de vários sistemas, incluindo o mercado de trabalho, os espaços de poder, as relações familiares e a produção de conhecimento (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 51-52).

A expectativa acerca do lugar que se esperava das mulheres, nesse período ditatorial no país, aponta a transgressão das militantes como “fora da lei e norma” e, por esse motivo, a repressão infringida a elas era severa e dura, constituindo como parte da questão estrutural da sociedade e não se limitando aos governos da época, conforme elucida Silva (2016).

Nessa direção, Scott (2012) afirma sobre as mulheres que são fisicamente visíveis, mas invisíveis historicamente. As mulheres são excluídas da história “oficial” e vivem à margem das narrativas, tendo em vista a construção social do “ser mulher” para a época, algo voltado, única e exclusivamente, para os afazeres do lar e da família.

Em razão disso, a inserção das mulheres na política gerava desconforto social, já que, elas estariam atacando a moral católica conservadora, a prática patriarcal e o poder político dominante. Ridenti examina dados sobre a atuação política das mulheres no período da ditadura militar, construindo um “perfil”. Como se vê, muitas mulheres questionavam a ditadura, integrando movimentos de luta armada:

Em primeiro lugar, as mulheres ocupavam posições submissas na política e na sociedade brasileira, pelo menos até o final dos anos 60. A norma era a não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de “mães-esposas-donas de casa”, como ocorreu com os movimentos femininos que apoiam o golpe militar de 1964. A média de 18% de mulheres nos grupos armados reflete um progresso na liberação feminina no final da década de 60, quando muitas mulheres tomavam parte nas lutas políticas, para questionar a ordem estabelecida em todos os níveis, ainda que, então, suas reivindicações não tivessem explicitamente um caráter “feminista” propriamente dito, que ganharia corpo só nos anos 70 e 80, em outra conjuntura (Ridenti, 1990, p. 114-115).

O contexto social existente à época dividia a sociedade em seus papéis de gênero, sendo possível sugerir que a subjetividade pode influenciar um julgamento ou tratamento. Além dessa questão, durante a ditadura militar, a aplicação das leis perdeu o seu caráter objetivo, pois o interesse do regime prevalecia, dando aos militares liberdade para agir como desejavam, inclusive

externando as suas concepções subjetivas.

A memória das mulheres perseguidas na ditadura é central para compreender o entrelaçamento entre política e patriarcado. Ao recuperar suas vozes, evidencia-se que o regime não apenas combateu a militância política, mas também buscou controlar a sexualidade e a moral feminina.

As violências contra as mulheres durante a ditadura militar

Cavalcanti Junior e Colling (2019) afirmam que, a história política é uma história de homens e a mulher militante, mesmo engajada em partidos de oposição à ditadura, eram excluídas do jogo de poder, sendo omitidas de vários relatos históricos e documentações sobre o período. Ao buscar justificativas para tal silenciamento histórico, uma das possibilidades é que o papel de transgressor transformou as mulheres em uma posição de subalternidade, já que se “comportavam como homens”. Torres diz que,

A presença das mulheres na luta armada ou mesmo na militância política, no Brasil dos anos 60 e 70, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representava uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio às mulheres. As militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, "comportando-se como homens", pegando em armas e tendo êxito neste comportamento, transformando-se em um instrumento sui generis de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente (Torres, 2010, p. 103).

As militantes constantemente estavam sendo julgadas, antes mesmo de serem presas, já que a presença da mulher da militância as colocava no banco dos réus da sociedade. Sarti assinala que,

A presença das mulheres na luta armada implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão com o que era designado à época para a mulher. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento (Sarti, 1998, p. 3).

As mulheres que sofreram nas mãos dos agentes militares foram duramente torturadas. Teles (2015) ressalta que os militares esperavam que as mulheres fossem dominadas e a recusa delas a se submeter ao papel tradicional de gênero influenciou nos tipos de torturas que sofreram:

A participação das mulheres se deu por decisão delas próprias. Ao assumirem uma posição política de transformar a ditadura em liberdade, justiça e democracia, passaram a engrossar as diversas trincheiras de lutas, das ações políticas de repúdio à ditadura, seja de luta armada ou não, o que irritou profundamente os militares que esperavam que elas fossem facilmente dominadas e controladas por eles. Eles não aceitavam que as mulheres pudessem exercer livremente o seu direito de escolha, inclusive de lutar contra a ditadura. Eles odiavam as militantes que fugiam do estereótipo da submissão, da dependência e da incapacidade de tomar decisão. A tortura foi amplamente usada contra mulheres e homens. No entanto, as mulheres foram submetidas de forma mais intensa à tortura sexual, como os estupros, as mutilações, inclusive, com uso de animais vivos (Teles, 2015, p. 10).

As mulheres presas foram submetidas aos agentes que trabalhavam para a ditadura, promovendo os mais diversos tipos de tortura. Segundo Merlino e Ojeda:

O corpo da mulher, sempre objeto de curiosidade, tornou-se presa do desejo maligno do torturador e ficou à deriva em suas mãos. Autorizado por seus superiores e mandantes a torturar, o servidor torturador incorporou ingredientes próprios e piores ao ato que, por delegação, lhe foi solicitado e previamente permitido. Cumpria ordens. A tentativa de destituir a mulher de seu lugar feminino, de mulher, de mãe, não encontrou nos porões da ditadura qualquer trégua. O lugar de cuidadora e de mãe foi vulnerado com a ameaça permanente aos filhos também presos ou sob o risco de serem encontrados onde estivessem escondidos. O aviltamento da mulher que acalentava sonhos futuros de maternidade foi usado pelos torturadores com implacável vingança, questionando-lhe a fertilidade após sevícias e estupros. A devastação da tortura não tem parâmetros materiais (Merlino; Ojeda, 2010, p. 30).

Tendo em vista que as mulheres militantes fugiam do estereótipo de submissão, as torturas impostas contra elas não ignoravam as características próprias ao gênero. Para Joffily:

Na tortura, as mulheres enfrentam uma dupla relação de poder: a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero – o não ser possível admitir que a mulher possa ter uma postura de igual para igual, a utilização de mecanismos de humilhação usando os atributos de gênero (Joffily, 2010, p. 228).

Nesse sentido, ao analisar a violência de gênero existente na sociedade, verifica-se que existe a dicotomia homem-mulher, fundamentada simplesmente pela diferença de gênero. Para Joffily:

O prazer da dominação do torturador sobre sua vítima, nesse caso, é potencializado pelo gozo masculino em contato com o indivíduo do sexo oposto. A ambiguidade da figura da prostituta assume, aqui, seu paroxismo: por um lado, a mulher é desprezada, considerada não como um par, mas como um ser destituído de toda dignidade. Por outro, é capaz de proporcionar prazer físico (sexual) e psicológico (dupla dominação) num contato extremamente íntimo (Joffily, 2010, p. 234).

As militantes estavam sendo julgadas mesmo sem serem presas. A presença das mulheres na militância lhes dava o estigma de réis, contraventoras e suspeitas de colocar a sociedade patriarcal em risco, pois tudo estava organizado e arranjado de tal modo a funcionar, entretanto, sem considerá-la como parte importante nesse processo. Dessa forma, percebe-se que a repressão sobre as mulheres apresenta uma criminalização moral, não somente por serem da esquerda política, comunistas, mas por serem mulheres politicamente ativas.

A manutenção e preservação do patriarcado gera a banalização da violência contra a mulher, pois infiltra no pensamento de cada indivíduo, resultando na violência contra a mulher, ferindo sua dignidade ou tirando sua vida. A lógica patriarcal foi fortemente marcada pelo afastamento da imagem de “mulher ideal” e os torturadores se viram livres para lidar com “putas comunistas”.

Considerações Finais

Ao analisar a tratativa direcionada às mulheres pelos agentes da ditadura militar brasileira, percebe-se que a mulher militante não consistia apenas em uma opositora ao regime. Constituía em uma contradição ao papel e modelo da mulher ideal, cujo projeto fundamenta-se na sociedade patriarcal. Tendo em vista a forma como os papéis de gênero se acentuam durante conflitos políticos, a atuação de mulheres causa desconforto, principalmente quando se instaura uma ditadura com um contexto conservador e hierárquico como ocorreu no Brasil em 1964. A repressão tenta desconstruir o sujeito político feminino, atribuindo-lhe a condição de indivíduo desviante.

A desigualdade nas relações de gênero e de poder atravessam os sexos e são visíveis em todas as instâncias sociais, inclusive na repressão. Dessa forma, a repressão sobre as mulheres é uma criminalização moral, não somente por serem da esquerda política, comunistas, mas por serem mulheres com posicionamento político. As torturas realizadas pelos militares, também foram violências性uais para promover a desumanização de suas opositoras políticas, atacando-as como mulheres, diminuindo-as à posição de “putas comunistas”, como se as mesmas estivessem acostumadas a terem seus corpos violados.

Diante todo o exposto, percebemos que a repressão durante a ditadura militar brasileira operou em duas frentes articuladas: a política, que visava silenciar opositores; e a patriarcal, que buscava punir e desmoralizar mulheres por sua condição de gênero, havendo perseguição e desqualificação moral, que buscava punir as mulheres por sua ousadia em ocupar espaços historicamente negados a elas.

Compreender essa dimensão de gênero na repressão é fundamental para reconhecer as especificidades da violência vivida pelas mulheres e para resgatar suas vozes da invisibilidade histórica, reforçando o espaço, a presença e afastando o silenciamento das militantes.

Referências

- ALVES, Branca; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. *Relatórios Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/cnv>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- BRASIL. Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. 1964 – 1985. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.
- BRASIL. Justiça Militar. Ação Penal nº 162/70. Carta enviada por Marlene de Souza Soccas, datada de 24 de março de 1972. Página 4682 e s.s. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/pdf/BNM_042/?BNM=042. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- CAVALCANTI JUNIOR, Ary A.; COLLING, Ana Maria. *Militantes e guerrilheiras*. Revista Espacialidades, v. 15, n. 01, p. 47-61, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/19186/12211>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- CAVALCANTI JUNIOR, Ary Alburquerque. *Do Desterro aos porões da ditadura: a memória e as subjetividades de uma militante na resistência política*. Saeculum, n. 39, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/41025>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

DELPHY, Christine. *O inimigo principal: a economia política do patriarcado.* Revista Brasileira de Ciência Política, v. 17, p. 99–119, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcn/article/view/2310>. Acesso em: 15 abr. 2025.

JOFFILY, Olivia Rangel. *Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985).* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3337>. Acesso em 20 mar. 2025.

JOFFILY, Olivia Rangel. *O corpo como campo de batalha.* In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul.* Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado.* São Paulo: Cultrix, 2019.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. *Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura.* São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917–1964).* 2000. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: https://www.pliniocorreadeoliveira.info/TD_2000_EM_GUARDA_CONTRA_O_PERIGO_VERMELHO.pdf. Acesso em 08 set 2025.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual.* Tradução de Márcia Xavier de Brito. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo.* *Tempo Social-Rev. Sociol.* USP, São Paulo - SP: 113-128, 2. sem. 1990. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806/87515>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SAFFIOTI, Heleith Lara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes.* São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleith Lara Bongiovani. *O poder do macho.* São Paulo: Moderna, 2001.

SAFFIOTI, Heleith Lara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência.* São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 09 jul. 2024.

SILVA, Betânia Maria Ramos da; STAMPA, Inez. Mulheres, Ditadura e Resistência!. Seminário Internacional Fazendo Gênero. Anais Eletrônicos (12), Florianópolis, 2021, ISSN 2179-510X. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1601315536_ARQUIVO_736ab8533f5a8756c43ce37502235818.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

SILVA, Bruna Camilo de Souza Lima e. *Patriarcado e teoria política feminista: possibilidades na ciência política*. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/31963>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SILVA, Natanael de Freitas. Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas. Rio de Janeiro: Revista Mosaico. V. 7 Nº 11. P. 64-83, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/64778>. Acesso em: 03 abr. 2025.

SÃO PAULO, Pontifícia Universidade Católica de. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da SEDH-PR. Disponível em: <https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/mortos-e-desaparecidos-contextualizacao.html>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SARTI, Cynthia Andersen. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: Congresso Internacional da LASA (XXI), Chicago, 24-26 de setembro de 1998. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975 – 1980)*. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar*. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru, v. 2, n. 1 (2014). Disponível em:

<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173/97>. Acesso em: 18 abr. 2025.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura*. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fj3JtHZGBYcHgWMPPjZsHvs/?lang=pt&format=df>. Acesso em: 15 abr. 2025.

TORRES, Mateus Gamba. Lutar para manter, lutar para romper: mulheres e a ditadura militar brasileira. *Em Debate*, Florianópolis, n. 4, p. 93-105, jan. 2010. ISSN 1980-3532. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2010n4p93/19842>. Acesso em: 03 abr. 2025.

WRIGHT, Jaime; SOBEL, Henry; ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca mais, um relato para a história*. 38 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.